



Artigo Original

MEIO AMBIENTE E SAÚDE: A VISÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA CIDADE DE ITAPETINGA – BA

ENVIRONMENT AND HEALTH: THE PERCEPTION OF THE COMMUNITY HEALTH AGENTS OF ITAPETINGA CITY – BA

Resumo

Leidiane Alves Ferreira¹
Débora Cardoso da Silva¹
Sandra Lúcia da Cunha e Silva¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Itapetinga – BA – Brasil

E-mail
leidianetrindade@hotmail.com

Após o advento da Revolução Industrial no século XIX, o conhecimento tecnológico cresceu rapidamente, gerando impactos através do processo de industrialização e urbanização. Em consequência disso alterações ambientais foram geradas e a população foi afetada assim como a saúde pública. As equipes dos Programas Saúde da Família têm entre seus funcionários, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que atuam dentro das comunidades. Eles conhecem a realidade e podem auxiliar no cuidado da saúde ambiental. Assim sendo, este trabalho objetivou analisar o conhecimento sobre a relação entre meio ambiente e saúde por parte dos ACS, integrados às Unidades de Saúde da Família, da cidade de Itapetinga-BA. Para tanto, fez-se uma análise quali-quantitativa e descritiva através de questionário semi-estruturado. Observou-se que os ACS têm um entendimento de que o ambiente é um meio externo ao ser humano, contudo eles se preocupam com a questão ambiental. Percebe-se também a inexistência de capacitações, para amplitude da concepção acerca do tema. A concepção de saúde dos mesmos é pouco abrangente, não sendo considerados os aspectos sociais e ecológicos, embora 100% deles tenham um entendimento acerca da relação existente entre saúde e meio ambiente.

Palavras-chave: capacitações; saúde ambiental; saúde pública.

Abstract

After the advent of industrial revolution in the XIX century, the technological knowledge increased quickly, creating impact through process of town planning and industrialization, environment problems appeared, the population was affected and also public health services. The teams of family health program have as employees the community health agents (ACS) that work with the communities. They know about real necessities and help in environment healthcare. In this way, the meaning of this research was to analyse the knowledge about the relation between environment and health from the ACS, interacted with family units of health at Itapetinga city. For that, was made describing analysis of quality and quantity through structured interactive interview questionnaire. Was noticed that the ACS understand that environment is related to outside influences, nevertheless they are concerned with the environment is question. We also understand

the lack of capacities to extent conception or idea about the subject. Conception of health from the ACS Is not well understand, when there are not considered ecological and social aspects. Although 100% of them can understand relation between health and environment.

Key words: capacities; environmental health; public health.

Introdução

No Brasil, a população, fruto de uma colonização escravagista, podada em seus pensamentos e ações, desenvolveu uma atitude muito comum aos povos subdesenvolvidos – o analfabetismo crítico da realidade que a rodeia, e nesse contexto situa-se a problemática socioambiental. O processo de conservação da natureza foi deixado de lado, devido à ignorância e/ou pelo simples fato de acreditar na eternidade dos recursos naturais e não compreender a amplitude dessa crise global que a humanidade vivencia. De acordo com Dorst¹, com o advento tecnológico, houve uma maior acessibilidade aos recursos naturais e conseqüente consumo exagerado, que associado à urbanização intensificou os problemas socioambientais.

Contudo, a conscientização ambiental vem ganhando destaque e a sociedade tem se voltado, gradualmente, para políticas de preservação e conservação do planeta. Os diversos segmentos da sociedade de uma forma ou de outra estão se sensibilizando com a redução da biodiversidade, poluição das águas e da atmosfera, dentre outros aspectos também relevantes.

No que diz respeito à relação entre saúde e meio ambiente, diversas discussões têm acontecido, culminando com a busca de estratégias, a exemplo das melhorias para os diversos setores públicos, que apresentavam fragmentados, dificultando uma ação mais efetiva nesse campo. Vale ressaltar o grande avanço da saúde a partir de 1988 com a elaboração da atual Constituição Brasileira e a criação do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em seu arcabouço princípios da Promoção à Saúde como universalidade, integralidade e equidade das diretrizes de descentralização e organização hierarquizada, que constitui uma visão ampliada a nível nacional e tem como ponto central sua preocupação com o processo gradual de melhoria da qualidade de vida, ressaltando que esta jamais poderá estar dissociada da qualidade ambiental.

No entanto, mesmo com esses avanços, ocasionados, em grande parte, com o advento da Constituição, o sistema de saúde brasileiro não tem respondido satisfatoriamente a essa nova situação mundial, pois doenças antes tidas como erradicadas têm emergido no âmbito atual. Também têm surgido novas doenças, provocando a preocupação dos cientistas e da sociedade como um todo, levando-nos a refletir sobre a necessidade de uma atuação mais efetiva, principalmente das equipes de saúde, no que se refere à redução das doenças causadas pela degradação ambiental. As Unidades de Saúde da Família (USF), com sua respectiva Estratégia de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), vem atuando de forma pontual para prevenção e tratamento de agravos que possam vir a atingir indivíduos em

Rev. Saúde. Com 2010; 6(2): 148-159.

uma área adscrita levando em consideração as realidades e peculiaridades locais numa visão de macro e micro-área.

Assim, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são peças fundamentais em uma equipe de saúde, segundo Costa e Carbone², pois atuam dentro das comunidades, convivendo diariamente com cada habitante, conhecendo a realidade e as necessidades de cada um, exercendo, portanto, grande influência nos seus modos de vida. Como formador de opinião, o ACS pode se tornar um grande aliado na conservação do ambiente, entretanto, cabe ao mesmo conhecer a problemática ambiental, para interferir e contribuir de forma efetiva.

A partir dessa reflexão, esse estudo teve por objetivo analisar o conhecimento sobre a relação entre meio ambiente e saúde, por parte dos Agentes Comunitários de Saúde, integrados às Unidades de Saúde da Família, da cidade de Itapetinga-Ba, com vistas a subsidiar a implantação de futuros programas no município, voltados para uma maior atuação no sistema de saúde, frente aos diversos aspectos que permeiam essa a relação.

Método

Este trabalho foi realizado no município de Itapetinga, localizado na região do sudoeste da Bahia, possuindo uma sede e dois distritos: Palmares e Bandeira do Colônia. Sua área geográfica é de 1.615,40 km², fazendo divisa com os municípios de Itororó, Itambé, Macarani, Itarantim, Pau Brasil e Itajú do Colônia, apresentando população de 57.931 habitantes e tendo a pecuária e a indústria como principais atividades econômicas de acordo com Oliveira³.

A cidade de Itapetinga é sede da 14^a Dires (Diretoria Regional de Saúde) que é responsável pela assessoria e vigilância dos serviços de saúde de doze municípios da região. A Secretaria Municipal de Saúde conta com uma estrutura de oito Unidades de Saúde da Família localizadas na zona urbana. Apresenta um quadro de aproximadamente 63 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) vinculados ao PSF (Programa de Saúde da Família) que foram aprovados para atuarem em suas respectivas funções mediante seleção pública.

Para a realização desse estudo foi utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa, como forma de alcançar com maior fidedignidade a realidade do objetivo proposto. Trata-se, também, de um estudo descritivo por possibilitar um melhor entendimento a respeito do comportamento dos inúmeros fatores e elementos que formam a sociedade, assim como dá margem à explicação das relações existentes entre a causa e o efeito dos mesmos de acordo com Triviños⁴. Segundo Oliveira⁵, o trabalho descritivo tem por objetivo analisar aspectos gerais do contexto social, possibilitando desenvolver e identificar diferentes formas do fenômeno.

Esta pesquisa foi realizada no período de março a abril de 2008 e como instrumento para a coleta dos dados foi utilizado o questionário, com perguntas abertas e fechadas, passados aos ACS com ensino médio completo, de todas as USF da cidade. No questionário foram abordados os seguintes aspectos: a percepção sobre o que vem a ser meio ambiente, se ele se preocupa com o meio ambiente, se tem feito algo para contribuir com o mesmo positivamente,

se participou de alguma capacitação sobre o tema e se a considera importante, o que entende por saúde e se há relação desta com o meio ambiente.

Para a coleta de dados, primeiramente foi feito, na Secretaria Municipal de Saúde, o levantamento do número de ACS, sendo 63. De posse dessa informação, foram feitas visitas nas USF, objetivando entrar em contato com os ACS. À medida que estes iam sendo encontrados iam sendo convidados a participarem da pesquisa e esclarecidos sobre os objetivos da mesma. A pesquisa foi feita por acessibilidade e dos questionários entregues para serem respondidos, 42 foram devolvidos.

Os sujeitos da pesquisa foram esclarecidos quanto aos objetivos e a relevância do estudo em linguagem de senso comum, assim como a liberdade de opinião e a garantia de terem suas identidades resguardadas de acordo com preceitos éticos. Em sequência, foram passados aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa, solicitando aos mesmos, a permissão para a aplicação dos questionários e seu uso posterior para publicação.

Vale ressaltar que esse estudo não envolveu riscos para os indivíduos, pois não houve intervenção prática, somente procedimentos descritivos, sem manipulação de variáveis, e que o mesmo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, (protocolo nº154/2007), conforme Resolução 196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde.

Após a coleta dos dados todos os questionários foram lidos e cada pergunta analisada à luz do referencial teórico, que permitiu a descrição dos resultados.

Resultados

Quando os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foram questionados sobre a sua percepção sobre o que vem a ser meio ambiente, 45,3% consideraram que o meio ambiente é o local onde vivemos e de onde provém todo o sustento da humanidade; 38% disseram que é tudo o que cerca os seres vivos e inanimados incluindo água, ar, poluição, florestas, cidades, modo de vida, educação e alimentação, influenciando sua existência; 16,7% descreveram o meio ambiente como sendo um determinante de doenças, sendo necessária a preservação do mesmo para a manutenção da saúde de todos, fazendo aqui uma relação entre saúde e meio ambiente com qualidade de vida (Tabela 1).

Ao serem questionados sobre a sua preocupação com o meio ambiente, 100% dos ACS afirmaram estarem preocupados com as alterações que têm acontecido no ambiente. Destes, 97,6% demonstraram estar preocupados com a degradação do ambiente que tem gerado uma série de consequências, como: problemas de saúde, diminuição da qualidade de vida dos seres vivos, extinção da vida no Planeta Terra e a preocupação com as gerações futuras.

Quando questionados se contribuíram com o meio ambiente 100% responderam positivamente. Destes, 52,3% afirmaram contribuir para a melhoria do meio ambiente através de orientações nas comunidades que atuam, tais informações estão relacionadas aos cuidados gerais com o meio

ambiente, como: poluição atmosférica, redução de queimadas, poluição dos recursos hídricos, destino adequado dos resíduos sólidos urbanos, plantações de árvores, conservação da fauna e reciclagem; 42,8% disseram não jogar lixo a céu aberto e nos rios e realizam a separação do lixo em suas residências, para aproveitamento de material reciclável e 4,9% relataram ter plantado árvores como modo de contribuição (Tabela 2).

Tabela 1 - Percepção dos Agentes Comunitários de Saúde sobre o conceito de meio ambiente.

PERCEPÇÃO	PORCENTAGEM (%)
É o local onde vivemos e de onde provém todo o sustento.	45,3
É tudo o que cerca os seres vivos e inanimados incluindo água, ar, poluição, florestas, cidades, modo de vida, educação e alimentação, influenciando sua existência.	38,0
O meio ambiente é um determinante de doenças, sendo necessária a preservação do mesmo para a manutenção da saúde de todos.	16,7

Ao serem perguntados acerca da importância de participar de capacitações sobre o meio ambiente e se já tinha participado de cursos que abordavam essa temática, 100% deles entendiam a relevância da capacitação, pois ampliaria seus conhecimentos acerca do tema, possibilitando uma maior atuação junto às famílias. No entanto, mesmo diante do entendimento de tal relevância 88% dos ACS nunca participaram de cursos, seminários ou mesmo palestras acerca da problemática ambiental e somente 12% tiveram contato com alguns temas relacionados à reciclagem dos RSU, sustentabilidade socioambiental e aterro sanitário.

Tabela 2 - Contribuição dos Agentes Comunitários de Saúde no que diz respeito às questões relacionadas com o meio ambiente.

CONTRIBUIÇÃO	PORCENTAGEM (%)
Através de orientações nas comunidades que atuam.	52,3
Gerenciando de forma adequada os seus resíduos domésticos, inclusive através da coleta seletiva.	42,8
Através do plantio de árvores.	4,9

Com relação ao entendimento dos entrevistados sobre o conceito de saúde, 85,8% afirmaram que saúde é o completo bem-estar físico, mental e social do ser humano; 14,2% relataram que saúde está ligada a um ambiente saudável e livre de poluição. Quanto à questão da relação meio ambiente e saúde, 100% dos pesquisados disseram acreditar nessa relação, afirmando que se o ambiente está poluído a saúde é afetada assim como a qualidade de vida de todos.

Discussão

No que diz respeito à percepção em relação ao conceito de meio ambiente a sociedade, segundo Vargas⁶, de um modo geral, continua atrelando-se esse conceito apenas ao meio físico-natural, ou seja, tendo-o como externo a dinâmica social e, assim, entrando em conflito com os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável. Tambellini e Câmara⁷ também afirmam que a maioria das pessoas tem visto o ambiente como meio externo ou até mesmo como um simples cenário onde os fatos acontecem.

Segundo Leavell e Clark⁸ noções de meio ambiente estão ligadas às relações existentes entre seres bióticos e abióticos ou mesmo condições e influências externas que afetam a vida no planeta. Essa situação tem dificultado a conservação do ambiente, pois o ser humano não se vê como parte do ambiente e sim externo a ele, podendo, de certa forma, agredi-lo sem estar agredindo a si próprio. O homem sente-se isolado no cosmos, pois já não estando envolvido com a natureza, perdeu a sua identificação emocional inconsciente com os fenômenos naturais, que por sua vez perderam aos poucos suas implicações simbólicas⁹.

O homem não possui ambiente específico para a sua espécie, como os demais mamíferos, dessa forma ele está sempre à busca de um habitat confortável e seguro, trazendo, como consequências as modificações do meio, na tentativa de atender as suas necessidades fisiológicas e culturais, levando a um impacto ambiental de proporções inimagináveis.

O ambientalismo no Brasil passou a ser objeto de domínio público, segundo Fuks¹⁰. Uma grande parcela da população tem demonstrado interesse no meio ambiente, independente inclusive dos níveis de renda e escolaridade, e não apenas uma mera preocupação, mas uma forte adesão a valores ambientalistas. Isso se deve, principalmente, à ampla difusão na mídia dos problemas ambientais. Vale ressaltar que do ponto de vista jurídico-legal, expresso no artigo 225 da Constituição Nacional¹¹, além do direito ao meio ambiente equilibrado, é dever de todo ser humano defendê-lo, assim cabe a cada cidadão se conscientizar das suas obrigações com o meio ambiente.

A preocupação expressa pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) entrevistados acerca da saúde afetada pelo meio ambiente poluído, vem sendo uma preocupação de todos os povos desde a antiguidade, porque vem se acentuando principalmente com a Revolução Industrial, de acordo com Freitas¹². Mesmo diante da adesão da sociedade frente às lutas ambientalistas, ainda é pequeno o número de pessoas que entendem que a saúde depende de um ambiente adequado e com poucos impactos.

Essa sensibilização com a causa ambiental, em grande parte, deve-se a tendência da mídia em divulgar, a todo o momento, situações alarmantes do caos instalado. No entanto, essa degradação vem ocorrendo no decorrer de várias décadas, e para atender aos interesses de um grupo economicamente dominante, foi ignorada até chegar a uma situação inaceitável.

Para tanto, atualmente há diversas informações acerca das agressões ao meio ambiente, porém em sua maioria são superficiais, mascarando o real problema que é a atitude capitalista dos países desenvolvidos e dos países em

desenvolvimento, que demonstram, aparentemente, estar com um desenvolvimento sustentável, mas não abandonam práticas que reduzam a sua economia.

A globalização que rege a economia do mundo tem um movimento inverso à diversidade. Neste sentido, os poderosos grupos econômicos não têm incentivado as iniciativas individuais, locais e regionais, buscando modelar-nos dentro de grupos sociais mais homogêneos e controláveis do ponto de vista dos padrões de consumo, influenciando no estilo de vida e no ambiente¹³. Nesse sentido, a necessidade de mudança de atitude não tem iniciativa, na sua maioria, dos grupos elitizados e sim daqueles que não dependem da mídia para entender a real situação do nosso planeta.

Com relação à contribuição dos ACS no que diz respeito às questões ambientais todos responderam que contribuem, no entanto somente 52,3% disseram atuar junto à comunidade que atendem. Para Bornstein e Stotz¹⁴, cabe ao ACS desenvolver atividades educativas para promoção do bem-estar da comunidade e meio ambiente. De fato, uma das atribuições específicas do agente, de acordo com o Ministério da Saúde, é a melhoria do Meio Ambiente¹⁵. As pessoas têm direito de viver em um ambiente saudável e de serem informadas sobre os riscos ambientais em relação a sua saúde e bem-estar. Para tanto, surge a necessidade de se traçar ações que proporcionem esse conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do ambiente que interferem na saúde humana, a fim de recomendar medidas preventivas¹⁶.

O ACS é um agente multiplicador na sua comunidade, sua função vai muito além de fazer uma “ponte” entre a população e os serviços de saúde, ela se estende à educação da população em todos os sentidos, principalmente no que se refere a educação ambiental, como uma das formas de aumento dos níveis de qualidade de vida. Neste sentido, estes profissionais têm desempenhado um papel importante no combate à degradação ambiental.

Para Rêgo¹⁷ os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), são, atualmente, uma preocupação ambiental, principalmente quando não são coletados nem tratados adequadamente. Estima-se que 30% a 50% do lixo não é recolhido nos países em desenvolvimento. Segundo Tavares e Freire¹⁸ cada pessoa é capaz de produzir de 500 a 1000 gramas de lixo por dia, correspondendo a mais de cem mil toneladas de lixo/dia no Brasil. Assim, o fato de quase metade dos ACS pesquisados informarem dar destino adequado aos RSU é positivo, pois essa atitude reduz a degradação ambiental e aumenta os níveis de qualidade de vida da população.

Os ACS relataram fazer a separação do resíduo domiciliar. De fato, segundo Mariuzzo¹⁹, realizar tal tarefa é trabalhosa, pois, idealmente, as embalagens devem ser lavadas antes de enviá-las para a reciclagem, seja por questões econômicas ou de saúde, já que o acondicionamento dessa embalagem, antes de serem enviadas para a reciclagem, poderia atrair organismos nocivos ao homem. Este procedimento demanda tempo, algo cada vez mais escasso na sociedade moderna. Nesse sentido, estas podem ser algumas das causas que levam a uma pequena parcela da população a separar o lixo.

Para Nascimento²⁰, há outras causas associadas, a principal delas é a falta de informação acerca da importância desse trabalho e como separar os materiais por categoria, já que alguns produtos são de material misto. Ainda para Nascimento²⁰, outro fator é o baixo índice de coleta seletiva nos municípios brasileiros, cerca de 6% em todo o país. Isso se deve principalmente ao custo elevado desse tipo de coleta, chegando a ser cinco vezes maior que o custo da coleta convencional. Porém, seus ganhos posteriores são incomparáveis, principalmente para o meio ambiente. Vale ressaltar que o município de Itapetinga-BA ainda não dispõe desse tipo de serviço, isso de certa forma gera falta de estímulo para a população realizar a separação do RSU, já que não há lugar efetivo para descartá-los com eficiência.

Pequena parcela dos ACS (4,9%) relatou contribuir com o plantio de árvores, que, segundo Buckeridge²¹, leva a redução da temperatura das cidades em até 10°C, além de controlar o fluxo de água entre o solo e a atmosfera e, conseqüentemente, reduzir os impactos negativos causados pelo aumento da temperatura em decorrência do Aquecimento Global.

Embora perceba-se uma atuação dos ACS junto às comunidades que atendem (52,3%), percebe-se, também, uma necessidade emergencial de aumentar esse percentual. Considerando que um elevado número de agentes nunca participaram de cursos de capacitação, urge a necessidade do oferecimento de cursos que venham possibilitar a esses agentes a elaboração de instrumentos pedagógicos, para que possam atuar de forma efetiva junto às comunidades nas questões que envolvem, principalmente, a saúde e o meio ambiente.

Ianni e Quitério²² afirmam que a questão ambiental é pouco trabalhada dentro das equipes de saúde da família, o que é um paradoxo, pois sendo o PSF uma das principais estratégias de reorientação e reorganização do modelo de atenção à saúde, através da atenção primária, deveria trabalhar com os diversos fatores que condicionam e/ou determinam a saúde dos seres humanos, dentre eles o meio ambiente. O trabalho isolado da saúde sem fatores como educação, meio ambiente, lazer e questões psicossociais não abrangem a totalidade da assistência, que deve ser integral e holística. Para Nascimento e Correa²³, a formação dos Agentes Comunitários de Saúde é um dos pilares que sustenta a inserção e as práticas desenvolvidas por esse profissional.

O ACS, por levar para a Equipe de Saúde da Família o próprio olhar da população, representa uma possibilidade muito especial no âmbito da saúde¹⁵. Esse olhar revela, sob uma ótica diferenciada, as reais necessidades da comunidade, o que, conseqüentemente, abre portas para um universo de intervenções. Dessa forma, essas peculiaridades podem inquietar o ACS a participar de movimentos sociais na busca da melhoria das condições de vida. Contudo, esses profissionais, que ocupam uma posição estratégica, devem ser capacitados sobre os diferentes aspectos do processo saúde-doença. Apesar do conhecimento biomédico ser relevante para sua formação, ele é incompleto, e outros saberes devem ser associados a este, como aspectos ambientais, para que favoreçam o processo de interação com as famílias. A maioria das escolas dos profissionais em saúde é pautada em um modelo tradicional, que

enfoca fortemente os aspectos biológicos, fragmenta o saber e se reproduz numa prática compartimentada, técnica e reparadora¹⁵.

Infelizmente, a maioria dos trabalhadores das Estratégias de Saúde da Família, é formada nesse modelo e são esses os profissionais que capacitam os ACS. Vale enfatizar que cabe aos profissionais em enfermagem a promoção do aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do pessoal de sua orientação e supervisão, nesse caso, dentre outros estão os ACS²⁴. Assim, é enfatizado a participação do profissional Enfermeiro na elaboração, implementação e na avaliação de ações educativas no sentido de capacitar esse pessoal e dessa forma contribuir para a melhoria da saúde da população.

A educação é um indicador de qualidade dos serviços, pois é uma estratégia mínima de formação dos recursos humanos e significa “aprender, saber pensar, para poder melhor intervir e inovar”²⁴. Educar deve ser prioridade como ações finalísticas das políticas de saúde sob a concepção da educação permanente da saúde. Assim, poderão ocorrer transformações do trabalho dos profissionais no sentido de desenvolver atuações críticas, reflexivas, comprometidas e competentes no seu cotidiano. A descentralização e a disseminação da capacitação pedagógica no setor saúde são de suma importância, pois o profissional tem a possibilidade da compreensão da formação, gestão, controle social e dos serviços de saúde²⁴. Capacitar profissionais implica em qualificar suas atuações com a orientação de contribuir na construção da sustentabilidade.

Com relação ao conceito de saúde, formulado pelos entrevistados, a maior parte dos agentes utilizaram a clássica definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) quando afirma que saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade.

Para Coura²⁵ esse é um conceito simplista, pois dá ênfase ao orgânico e deixa de lado aspectos sociais e ecológicos. Para Buss²⁶ a saúde é tida como produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo padrões adequados de alimentação, habitação e saneamento; boas condições de trabalho, educação, ambiente físico limpo, apoio social, estilo de vida responsável e cuidados médicos.

A Carta de Otawa, de acordo com Souza e Grundy²⁷ fruto da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, afirma que saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, apontando as condições e requisitos para a mesma: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. Dessa forma, é inadmissível aceitarmos passivamente o conceito simplista e unidirecional dado à saúde.

Os ACS são considerados elos entre a comunidade e os serviços de saúde. Segundo Bornstein e Stotz¹⁴, essa visão reducionista dificultará o trabalho deles no sentido de reconhecer outras questões que também fragilizam a população, além do adoecimento físico, o que acarretará prejuízos no diagnóstico e tratamento de saúde da sociedade. A saúde é um bem valioso desejado por todos, estando ligada a diversos fatores que a condiciona e/ou determina, não podendo ser percebida como algo expressamente físico-biológico.

O ser humano é um dos seres vivos mais complexos que existe. A sua estrutura física ainda é um mistério para muitos cientistas e a psicológica é motivo de discussão entre diversos estudiosos. Toda essa problemática demonstra que o homem está inserido em uma esfera holística, que o eleva a níveis transcendentais, fazendo-o ser bio-psico-sócio-cultural-espiritual e ambiental. Sem esta ampla dimensão este Ser torna-se incompleto em sua existência. Daí a necessidade de considerar todas essas características quando se trata de saúde. A visão limitada da saúde como a simples ausência de doenças reduz o ser humano a algo simples, pois a não compreensão da saúde permeando todos os aspectos da vida é a visão do homem como irracional e isolado dentro do seu habitat.

No que diz respeito à relação entre saúde e meio ambiente, todos os ACS afirmaram que se o ambiente está poluído a saúde é afetada, assim como a qualidade de vida de todos. Segundo Cohen¹⁶ há evidências científicas que relacionam a saúde ao modo de viver das pessoas e suas interações com o meio ambiente.

Para Buss²⁶, essa discussão referente a qualidade de vida, saúde e meio ambiente, vem ocupando políticos e pensadores no decorrer da história. Porém, a própria discussão referente ao conceito de qualidade de vida é complexa, pois é uma noção humana que se aproxima do grau de satisfação encontrado em vários aspectos da vida, relacionados a família, as relações afetivas, as questões sociais e ambientais. Assim sendo, qualidade de vida vai depender dos desenvolvimentos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais de cada sociedade, em determinada época da sua história.

Para Minayo²⁸ uma boa qualidade de vida se refere ao mínimo de condições para que indivíduos possam se desenvolver na sociedade na qual estão inseridos. Cada pessoa se mobiliza para a conquista, consciente ou inconscientemente.

O debate acerca da relação entre saúde e qualidade de vida tem ganhado espaço em países da América Latina, pois as condições precárias de vida da maioria da população influem nas condições de saúde. Para Minayo²⁹ essa relação se centraliza na capacidade relacionada de viver sem doenças ou mesmo de superar as dificuldades relacionadas à morbidade.

As condições de vida afetam a saúde e esta influencia fortemente a qualidade de vida²⁶. A Carta de Otawa afirma que a proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais são necessários para impedir mudanças sistemáticas e desagradáveis na própria saúde.

Conclusão

Pode-se perceber após análise dos dados, que os Agentes Comunitários de Saúde da cidade de Itapetinga ainda têm um entendimento de que o ambiente é um meio externo ao ser humano. Contudo, há uma crescente preocupação com a degradação ambiental manifestada pelos agentes, no entanto apenas 52,3% atuam incentivando as famílias a adotar práticas menos danosas ao meio ambiente.

Percebe-se, também, a inexistência de cursos, capacitações e treinamentos acerca do meio ambiente para o ACS da cidade de Itapetinga, voltados para a educação em saúde, que visem não apenas o treinamento técnico-operacional do indivíduo, mas o desenvolvimento social e transformador do cidadão, de forma a atender integralmente a Promoção de saúde e qualidade de vida.

A concepção de saúde dos ACS é restrita a uma visão pouco abrangente, não sendo considerados os aspectos sociais e ecológicos, embora 100% deles tenham um entendimento acerca da relação existente entre saúde e meio ambiente, compreendendo que o ambiente alterado interfere na qualidade de vida.

Referências

1. Dorst J. Antes que a natureza morra: por uma ecologia política. São Paulo: Edgard Blucher; 1973.
2. Costa EM, Carbone MH. Saúde da Família: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio; 2004.
3. Oliveira NG. De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA [Dissertação de Mestrado]. Bahia:UFBA, Salvador; 2003.
4. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1987.
5. Oliveira SL. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira; 1997.
6. Vargas LA, Oliveira TFV, Garbois A. O direito à saúde e ao meio ambiente em tempos de exclusão social. Revista Latino-Americana de Enfermagem 2007; 15:850-6.
7. Tambellini AT, Câmara V M. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. Ciência & Saúde Coletiva 1998; 3(2): 47-59.
8. Leavell HR, Clark EG. Medicina Preventiva. São Paulo: McGraw-Hill; 1978.
9. Rheingantz PA. Pequena digressão sobre conforto ambiental e qualidade de vida nos centros urbanos. Revista Ciência & Ambiente 1990; 1(1): 36-58.
10. Fuks M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Scielo Brasil 1998; 41(1): 87-113.
11. Brasil. Presidência da República. Ministério do Meio Ambiente. Constituição da República Federativa do Brasil; 1988. [Citado 2008 jul 05] Disponível em:<http://www.planalto.gov.br> .
12. Freitas CM. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. Ciência & Saúde Coletiva 2003; 8(1): 137-50.
13. Augusto LGS, Branco A. Política de informação em saúde ambiental. Revista Brasileira Epidemiológica 2003; 6(2):150-7.

14. Bornstein VJ, Stotz EN. Concepções que integram a formação e o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva* 2008; 13(1):259-68.
15. Duarte LR, Silva DSJR, Cardoso SH. Construindo um programa de educação com agentes comunitários de saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* 2007; 11(23): 439-47.
16. Cohen SC, Cynamon SE, Kligerman DC, Assumpção RF. Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas de saúde e ambiente. *Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva* 2004; 9(3): 807-13.
17. Rêgo RC, Barreto ML, Killinger, CL. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. *Cadernos de Saúde Pública* 2002; 18 (6):1583-92.
18. Tavares C, Freire IM. Lugar do lixo é no lixo: estudo de assimilação da informação. *Brasília: Ciência da Informação* 2003; 32 (2):125-35.
19. Mariuzzo P. Lixo que vira renda. *Campinas: Inovação Uniemp* 2007; 3(6).
20. Nascimento R. Reciclagem. Edição on-line. [Citado 2008 jun 01] Disponível em: <http://www.invertia.terra.com.br>.
21. Buckeridge M. Abrindo o guarda-chuva verde. Edição on-line. [Citado 2008 jun 06] Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br>.
22. Ianni ÁMZ, Quitério LAD. A questão ambiental urbana no Programa de Saúde da Família: avaliação da estratégia ambiental numa política pública de saúde: *Revista Ambiente & Sociedade* 2006; 9 (1):169-80.
23. Nascimento EPL, Correa CRS. O agente comunitário de saúde: formação, inserção e práticas. *Cadernos de Saúde Pública* 2008; 24(6):1304-13.
24. ALENCAR, R. C. V. de. A vivência da ação educativa do enfermeiro no programa saúde da família (PSF). *Belo Horizonte*. 2006.
25. Coura JR. Endemias e Meio Ambiente no Século XXI. *Cadernos de Saúde pública* 1992; 8 (3):335-41.
26. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva* 2000; 5 (1):163-7.
27. Souza EM, Grunt E. Promoção da Saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública* 2004; 5 (5):1354-60.
28. Minayo MC. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. *São Paulo: Hucitec*; 1997.
29. Minayo MC. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva* 2000; 1: 7-18.

Endereço para correspondência

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Departamento de Saúde
Rua Rivadávia Ferraz, nº203, Aptº101, Morumbi
Itapetinga – Bahia - Brasil
CEP: 45.700-000

Recebido em 03/11/2009

Aprovado em 04/10/2010